

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

JANICE FEITOSA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DO ADMINISTRADOR NA GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

Cacoal
2008

JANICE FEITOSA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DO ADMINISTRADOR NA GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL**

Artigo apresentado à Universidade
Federal de Rondônia, Campus de Cacoal,
como requisito parcial para obtenção de
Título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof^a. Especialista Suzana dos Santos Oliveira

Cacoal
2008

A IMPORTÂNCIA DO ADMINISTRADOR NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Por

JANICE FEITOSA DA SILVA

Artigo apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia, Curso
de Administração, para obtenção do grau de
Bacharel Administração, mediante a Banca
Examinadora, formada por:

Presidente

Profª Especialista Suzana dos Santos Oliveira- Orientadora/UNIR

Membro

Profº. Ms. Wellington Silva Porto - UNIR

Membro

Profª. Ms. Geraldo da Silva Correia - UNIR

Cacoal
2008

DEDICATÓRIA

Primeiramente ao criador de todas as coisas que me proporcionou paciência, perseverança e sabedoria para aqui chegar, aos meus pais, filhos e amigos dedico-lhes essa conquista com gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao único e verdadeiro Deus criador do céu e da terra;

A meus pais Manoel Jaime e Sueli por tudo que fizeram por mim;

A meus filhos Maicon Aleandro e Talita Maiara que são minha vida, em especial a meu filho que me auxiliou na pesquisa;

A querida professora orientadora Suzana, saiba que sem sua ajuda não teria conseguido;

A todos os professores que nos abrilhantaram com suas lições de vida e dedicação;

Aos colegas de turma pelo companheirismo;

E não poderia deixar de agradecer aos meus colegas de trabalho que muito me ajudaram; que Deus abençoe a todos.

A IMPORTÂNCIA DO ADMINISTRADOR NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Janice Feitosa da Silva¹

RESUMO

O artigo consta de uma revisão bibliográfica a respeito da história da administração, definição da administração pública, funções do administrador nos três níveis operacionais, conceituação de município e o município de Castanheiras. O objetivo principal é conhecer o perfil da administração do município de Castanheiras nos três níveis organizacionais (institucional, intermediário, operacional e os operadores de execuções). A partir de uma discussão conceitual que procura situar o tema, é descritos os procedimentos metodológicos adotados e os resultados encontrados na pesquisa efetuada na Prefeitura Municipal de Castanheiras/RO. Uma breve discussão sobre a importância do administrador e a sua função dentro da prefeitura municipal. E por fim, as considerações finais sobre o estudo e sugestão de aplicação na prefeitura pesquisada.

Palavras-chave: Administrador. Público. Município. Gestão.

INTRODUÇÃO

Desde a Segunda Guerra Mundial, tem havido a conscientização da importância da administração.

Com o intuito de melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e a fim de estabelecer um sistema eficaz, estimulando e desenvolvendo todos os servidores dentro do compromisso de satisfazer o usuário público. É imperativa a adoção de métodos e ferramentas de transformação gerencial da administração pública.

Cabe ao administrador buscar esses métodos e ferramentas para alcançar os resultados institucionais almejados, de forma a garantir ao cidadão o direito à obtenção de serviços públicos de qualidade ao menor custo possível.

A administração é essencial em toda forma de cooperação organizada, bem como em todos os níveis de organização numa instituição.

O administrador possui ferramentas para formular e programar políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento da cidade e aperfeiçoamento do processo decisório no âmbito municipal.

¹ Bacharelada do curso de Administração pela Fundação Universidades Federal de Rondônia - Campus Cacoal, sob a orientação da Profª Esp. Suzana dos Santos Oliveira.

Para se ocupar o cargo de administrador público não é exigido formação em administração, enquanto que para cargos como contador, advogado, psicólogo e outros, são exigidos.

Desse modo, o presente artigo justifica-se pela apresentação de conceitos teóricos e práticos, voltados para a importância do profissional em administração em órgãos públicos e seus desafios, que é administrar com competência para projetar e realizar nas organizações públicas ações que atendam às necessidades do cidadão.

Os objetivos deste artigo são: conhecer o perfil da administração do município de Castanheiras nos três níveis organizacionais (nível institucional, intermediário, operacional e operadores de execuções); descrever as funções desenvolvidas pelo administrador municipal; apresentar a importância do administrador municipal e as ferramentas que podem ser utilizadas para melhor atuar em seu ofício e levantar os cargos que são ocupados por administradores e suas respectivas funções.

Considerando que o estudo é uma revisão bibliográfica, em seu desenvolvimento será apresentada a definição dos itens relacionados à administração, funções do administrador nos três níveis organizacionais, destacando os princípios que regem a administração pública. A pesquisa bibliográfica realizada com o manuseio de obras literárias, impressas e via internet, publicações de artigos em revistas, periódicos, dicionário; pesquisas de campo, o método de estudo de caso, compreendida da última gestão da administração municipal de Castanheiras (2004 a 2008).

Utilizando o método dedutivo e a técnica de coleta de dados por meio de um questionário a ser preenchido pelos pesquisados, já previamente codificados. O tratamento dos dados é predominantemente quantitativo. A pesquisa foi realizada na Prefeitura Municipal de Castanheiras/RO, nas secretarias de planejamento e administração, fazenda, educação e cultura, obras e serviços públicos, saúde e ação social e agricultura, com o prefeito, secretários, chefes de departamentos e operadores de execuções, totalizando o número da população em 306 (trezentos e seis) funcionários e a amostra em 31 (trinta e um) pesquisados.

Na escolha de um secretário de administração, não obstante seja cargo de confiança, deveria a legislação impor para o cargo um administrador habilitado.

DESENVOLVIMENTO

A história da administração é uma evolução da economia, da sociedade civil e militar, da política e da cultura do homem em suas necessidades primárias e secundárias que precisavam ser sanadas. Vários indícios são relatados na história apresentando as necessidades de se organizar com planos formais para se enfrentar os problemas existentes na família, na religião e nos conflitos militares.

Gomes (2005) relata a história da Administração onde se deu início no ano 5.000 a. C, na Suméria, quando os sumerianos buscavam soluções para seus problemas, exercitando então o mister de administrar. Na China, no ano 500 a.C, com as Regras de Administração Pública de Confúcio que explicitava as regras e princípios de administração.

Na Alemanha e Áustria, em 1550 a 1700 com um grupo de administradores públicos chamados de fiscalistas ou cameralistas.

A Igreja Católica e as Organizações Militares foram às instituições que mais se destacaram na evolução da administração.

Os problemas relacionados à administração se mostram um desafio ao longo dos anos; o Administrador passou ter importância mais significativa nos anos pós-guerra com a revolução industrial (que teve início na Inglaterra), quando tudo se tornou mais complexo entre trabalhadores, empresas e governo, tornando necessárias mão-de-obra especializadas e de administradores preparados para atuar frente aos desafios que se mostravam.

No Brasil deu-se início em 1931, com o Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT, que era dirigido pelo Professor Roberto Mange. E em 1944 com a criação da Fundação Getúlio Vargas, com muito mais ênfase.

A história da Administração Pública relata ser a mais antiga, Koontz, O'Donnell e Weihrich (1995, p. 34-35), citam:

Ciência política teria sido a progenitora de uma teoria da administração, pois a administração de programas é uma das principais tarefas governamentais, e porque é, em si, a mais antiga das formas abrangentes de organização social. Entretanto, apesar de sua importância evidente, os primeiros teóricos da ciência política demoraram muito a voltar sua atenção para o problema da administração.

Observa-se que os problemas referentes à gestão pública há muito vem sendo postergado.

Segundo Wilson (*apud* SANTOS, 2006, p. 11), administração pública é:

A execução minuciosa e sistemática do Direito Público. Em sentido Institucional, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do governo, em sentido funcional, é o conjunto de funções necessárias aos serviços públicos em geral; em sentido operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade.

Meirelles (1996, p. 60) define administração pública como sendo:

O conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade.

Em todos os conceitos a administração pública é um conjunto de órgãos e de pessoas destinadas aos exercícios da totalidade da ação executiva do Estado.

Existe uma diferença na administração pública da administração particular, na particular recebem-se ordens do proprietário de como proceder e na pública estas ordens e regulamentos estão explícitos na lei; e o funcionamento e os resultados têm impacto político.

A função administrativa é toda atividade desenvolvida pela administração pública representando o interesse da coletividade. Para que aconteça a administração pública há um regime jurídico diferenciado, por meio do Regime Jurídico Administrativo e dos princípios básicos da administração que alcançam a administração pública direta e indireta de quaisquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Art. 37 da CF/88).

Os princípios que norteiam a gestão pública, citados no Art. 37 da CF/88 são:

- a. Legalidade: toda atividade da gestão pública deve ser regida por lei, invalidando o ato caso não seja cumprido;
- b. Impessoalidade: toda ação deve ser desenvolvida para todos os cidadãos sem discriminação;

- c. Moralidade: os atos devem ser moralmente o melhor ao interesse público;
- d. Publicidade: todos os atos têm que ser obrigatoriamente publicados, divulgados; e
- e. Eficiência: a legislação exige que o serviço público seja eficiente.

Chiavenato (1994, p. 70), diz que toda organização deve ser analisada e administrada com eficácia e eficiência:

Eficácia é uma medida normativa dos alcances dos resultados, enquanto eficiência é uma medida normativa da utilização dos recursos nesse processo, [...] A eficiência é uma relação entre custos e benefícios. Assim, a eficiência está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas (métodos), a fim de que os recursos sejam aplicados de forma mais racional possível [...]

A administração eficiente e eficaz é de fundamental importância em todos os níveis organizacionais e em qualquer tipo de organização, para se evitar que venha malogar por falta de conhecimentos inerentes.

Para se administrar uma organização são necessários conhecimentos específicos de forma a fazer o trabalho melhor, mais fácil e bem-sucedido.

O administrador é responsável pelo desempenho de qualquer tipo de organização, pois, dá rumo, proporciona liderança de pessoas, capacita-as para atuar em conjunto, efetivando suas forças e reduzindo suas fraquezas e decide como aplicar os recursos, a fim de atingirem objetivos e metas, com a menor quantidade de recursos tais como, dinheiro, tempo, material e esforço.

O administrador é capacitado para atuar em três níveis organizacionais: institucional e intermediário ou operacional.

Chiavenato (1999, p. 13), relata que:

O administrador é o responsável pelo desempenho organizacional em qualquer desses três níveis. Muitas vezes, alguns profissionais não-administradores são promovidos do nível de execução para o nível administrativo de certas organizações, como médicos (em hospitais), engenheiros (nas indústrias), contabilistas (em consultorias de auditorias e contabilidade), economistas (em organizações públicas) ou advogados (em consultorias jurídicas), onde eles deixam parcialmente a sua especialidade original para se tornarem administradores. A partir daí, passam a necessitar de conhecimentos mínimos de administração.

O nível institucional é composto pelo presidente e diretores, sendo este nível o mais alto da organização.

O nível intermediário também chamado de nível gerencial ou tático é composto pelos gerentes de uma organização.

O nível operacional é o nível mais baixo e neste, administra-se a execução das atividades, tarefas e serviços desempenhados pela organização.

Para Chiavenato (1999), o processo administrativo divide-se em quatro funções específicas, sendo elas: planejamento, organização, direção e controle.

Planejamento é projetar os objetivos que a organização pretende alcançar e os meios para alcançá-los.

Santos (2006), ressalta a importância do planejamento como sendo o mais importante instrumento para se chegar aos objetivos e um dos instrumentos utilizados para sanar os problemas identificados na organização, seja em qualquer nível. Todo planejamento precisamente terá que ser flexível, ser parte integrante da administração, ser estruturado, e ter sua validade fixa em prazos determinados, visando alcançar os objetivos pré-estabelecidos, e manter o equilíbrio nos objetivos, na alocação de recursos orçamentários e na estrutura organizacional (recursos humanos e materiais).

Organização para Chiavenato (1999, p.15), significa “a função administrativa relacionada com a atribuição de tarefas, agrupamento de tarefas em equipes ou departamentos e alocação de recursos necessários nas equipes e nos departamentos”.

O ato de organizar é contínuo e, portanto, devem adaptar-se as constantes mudanças; na medida em que a organização cresce e se diversifica são necessárias ferramentas eficazes para implementar os planos da organização com uma estrutura sólida e tarefas desempenhadas eficazmente com tarefas desenvolvidas em uma estrutura departamental.

Na administração pública esta estrutura por departamentos está dividida em: departamento funcional (planejamento, finanças, pessoal, etc) departamento por programas, produtos ou serviços (são os programas desenvolvidos por cada departamento), departamento matricial (atuação de especialistas para desenvolver um projeto específico).

A direção para Amato (*apud* SANTOS, 2006, p.51), “é a função que se refere às relações interpessoais dos administradores em todos os níveis de organização e seus respectivos subordinados”.

Direção é ação, o ato de dirigir que permite conduzir os objetivos da organização no rumo certo com orientações certas. Portanto, é necessária uma liderança que assegure que os agentes públicos desempenhem suas funções de acordo com o almejado.

Santos (2006), relata que nas instituições públicas os dirigentes são eleitos, como os presidentes, governadores e prefeitos; e também é dividido em níveis institucionais, intermediário e operacional.

Essa direção é realizada através de ordens e instruções, motivação, comunicação.

Controle é o processo de acompanhar o desempenho organizacional, é a monitoração das atividades exercidas no intuito de assegurar a realização dos objetivos, medirem o desempenho e de identificar a necessidade de modificá-los fazendo as correções necessárias.

Santos (2006), diz que a função de controlar na gestão pública tem como fundamento o domínio do órgão superior sobre o inferior, objetivando o cumprimento da lei, execução das atribuições e dos atos de rendimento dos servidores.

Para Mintzberg (*apud* Ferreira, [?]), o trabalho do administrador vai além de planejar, organizar, dirigir e controlar, para ele, o administrador têm de apresentar três aspectos básicos combinados, que são: decisões, relações humanas e processamento de informações.

No papel decisório, o administrador utiliza a informação em suas decisões empreendedoras, em situações de conflitos e negociações.

No papel informacional, o administrador intercambia e processa a informação, como monitoração, disseminação e sendo porta-voz.

No papel interpessoal, o administrador se interage, como representação, liderança e ligação.

Para atuar em qualquer nível, os administradores têm que possuir habilidades para transformar conhecimentos em ações e atitudes. Para Katz (*apud* Chiavenato, 1999) existem três habilidades importantes para o administrador desempenhar bem suas funções: habilidades técnicas, conceituais e humanas.

As prefeituras de modo geral, necessitam de pessoal capacitado com habilidades e conhecimentos para exercer funções que exigem conhecimentos técnicos e científicos de administração nos seus diversos campos de atuação.

A Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, dispõe sobre o exercício da profissão do Administrador, em seu Art. 4º diz:

Na administração pública, autárquica, é obrigatória, a partir da vigência desta Lei, a apresentação de diploma de Bacharel em Administração, para o provimento e exercício de cargos técnicos de administração, ressalvados os direitos dos atuais ocupantes de cargos de Administrador.

A Proposta de Lei do Deputado Federal Sandro Mabel apresentado na Câmara Federal – Proposta de Emenda Constitucional - PEC 317 de 15/09/2004, Art. 95 – “Será criada no âmbito dos poderes Executivos Municipais, a carreira de Administrador”; foco principal deste trabalho, aprovada a lei, amplia-se este conjunto de pessoas incumbidas de executar suas atividades para se alcançar as finalidades coletivas; a presença do administrador no setor público garantirá à sociedade uma maior transparência e confiança na aplicação dos recursos públicos, já tão escassos.

No Estado de São Paulo tramita o Projeto de Lei Complementar nº. 34, de 2007, onde autoriza o Poder Executivo dispor sobre a administração pública em relação à nomeação dos cargos em comissão, visando melhorar sua eficácia e eficiência, com o objetivo da sua profissionalização.

Segundo o informativo do Sindicato dos Administradores de Goiânia SINAGO (2008), o Estado de Goiás antecipando à medida a ser implantada por meio de Emenda Constitucional – PEC 317(2004), alguns prefeitos já adotaram a idéia em seus municípios, como: Caldas Nova, Jataí, Trindade, Ipameri, Piracanjuba, Israelândia, Nova Aurora, Rio Verde, Goiânia.

A Pesquisa Nacional sobre o perfil, formação, atuação e oportunidades de Trabalho do Administrador, realizada pelo Conselho Federal de Administração (CFA, 2006), em parceria com a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD) e Instituições de Ensino Superior (IES), têm como objetivo desenvolver ações voltadas para a valorização da profissão do administrador no país, fornecendo dados sobre conhecimentos, competências, habilidades, atitudes, oportunidades de trabalho para o profissional e reafirmar seu espaço de atuação na sociedade brasileira, inclusive na gestão pública, área de atuação que os preocupam

com a existência do cargo de administrador público, ocupados por pessoas que têm qualquer graduação, realizando atividades próprias do administrador, exercendo assim, o exercício ilegal da profissão.

Kanitz (2005), desabafa dizendo que o Brasil nunca foi bem administrado, sempre fomos administrados por profissionais de outras áreas, desde nossas empresas até o governo.

Na administração pública municipal não é diferente.

O Município como pessoa jurídica, possui capacidade civil, que é a faculdade de exercer direitos e contrair obrigações.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Castanheiras contidas no FORUM DLIS², o município surgiu no ano 1984, com a colonização da Gleba Uaturumbó, passando a condição de distrito no ano de 1986, sendo primeiro distrito de Presidente Médici e posteriormente distrito de Rolim de Moura.

Possivelmente o nome de União da Vitória que denominava um dos núcleos de apoio do Projeto de colonização Rolim de Moura, foi sugerido por um migrante vindo do município paranaense de igual nome.

Foi apresentado na Assembléia Legislativa projeto de emancipação do Nuar União da Vitória, todavia a lei proibia a criação de um novo município com nome de outro que já existia.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística identificou os acidentes geográficos e a ocorrência de vegetais, animais e minerais que existiam na região e que poderia dar o nome ao novo município. O Deputado Amizael Silva escolheu o nome de Castanheiras, devido à existência abundante desta planta no local.

Com o nome de Castanheiras o município foi criado pela Lei nº 366 de 13 de fevereiro de 1992.

O município de Castanheiras está localizado na região do estado denominado Zona da Mata, ocupando uma área de 901.2 km², distante da capital Porto Velho 439 km e de Cacoal 70 km.

Sua população estimada em 3.624 (IBGE, 2007), a economia tem sua base na agricultura e pecuária refletida na sua população predominantemente rural, sendo assim, a principal atividade geradora de emprego que envolve direta e indiretamente 95% da população economicamente ativa do município.

² FORUM DLIS, Castanheiras. Diagnóstico de produtividade[?].

Na quarta eleição municipal em 03 de outubro de 2004, deu origem a atual administração, sendo eleito o prefeito Zulmar Gonçalves de Oliveira e seu vice Ademir Bezerra Soares.

A estrutura administrativa do município é composta pelo gabinete do prefeito, câmara de vereadores e suas secretarias: planejamento e administração, fazenda, educação e cultura, obras e serviços públicos, saúde e ação social e agricultura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em pesquisas conclusivas, principalmente na de estudo de campo, os métodos estruturados são denominados questionários. Nele, as perguntas são apresentadas exatamente com as mesmas palavras e ordem e com as mesmas opções de respostas a todos os pesquisados.

Segundo Fachin (2003) o questionário consiste na formulação de perguntas às quais diferentes pessoas serão submetidas não diferenciando em nada tais questionamentos e, posteriormente, se avaliando cada uma das diferentes respostas oferecidas pelo pesquisado. As questões, estas preenchidas pelo próprio pesquisado, respondidas sem a presença do pesquisador, para que o pesquisado se sinta seguro ao fornecer as respostas.

Cumprir registrar, que a pesquisa no primeiro momento seria realizada na Prefeitura Municipal de Cacoal, devido à falta de comunicação não foi possível, razão pela qual a pesquisa deste artigo ter sido realizada na Prefeitura Municipal de Castanheiras/RO.

Objetivando conhecer o perfil da administração municipal; descrever as funções desenvolvidas pelo administrador municipal; apresentar a importância do administrador municipal e as ferramentas que podem ser utilizadas para melhor atuar em seu ofício e levantar os cargos que são ocupados por administradores e suas respectivas funções, foram pesquisadas 31 (trinta e uma) pessoas envolvidas diretamente nos níveis institucional, intermediário, operacional e executores de operações.

Tabela1: Quantidade de funcionários por nível

NÍVEIS	Nº DE FUNCIONÁRIOS	Nº DE FUNCIONÁRIOS PESQUISADOS	% DE FUNCIONÁRIOS PESQUISADOS
Institucional	2	1	50%
Intermediário	6	5	83,33%
Operacional	25	15	60%
Executores de Operações	273	10	3,66%
Total	306	31	10,13%

Fonte: a partir de dados da pesquisa realizada na Prefeitura Municipal de Castanheiras – RO, 2008.

O levantamento efetuado que consta na tabela 1 demonstra um percentual total de 10,13% (dez vírgula treze por cento) de funcionários pesquisados (31 funcionários), sendo que foram classificados por níveis: no nível institucional 50% (cinquenta por cento, 01 prefeito), intermediário 83,33% (oitenta e três vírgula trinta e três por cento, 05 secretários), operacional 60% (sessenta por cento, 15 chefes ou coordenadores) e executores das operações 3,66% (três vírgula sessenta e seis por cento, 10 agentes administrativos).

Tabela 2 – Função que exerce

FUNÇÃO	Institucional		Intermediário		Operacional		Executores das Operações	
	Nº Func.	% Func.	Nº Func.	% Func.	Nº Func.	% Func.	Nº Func.	% Func.
Planejar	1	50%	3	60%	3	20%	1	10%
Dirigir	1	50%	1	20%	4	26,66%	-	-
Organizar	-	-	2	40%	4	26,66%	4	40%
Avaliar	-	-	2	40%	3	20%	1	10%
Tomar Decisões	1	50%	4	80%	4	26,66%	1	10%
Processar Informações	-	-	-	-	4	26,66%	3	30%
Liderar	1	50%	-	-	1	6,66%	-	-
Coordenar Subordinados	1	50%	2	40%	4	26,66%	-	-
Todas	-	-	1	20%	4	26,66%	-	-
Outras	-	-	-	-	2	13,33%	5	50%

Fonte: a partir de dados da pesquisa realizada na Prefeitura Municipal de Castanheiras – RO, 2008.

Analisando com atenção e minúcia a tabela 2, no nível institucional dos 50% (cinquenta por cento) pesquisados exerce as funções de planejar, dirigir, tomar decisões, liderar e coordenar subordinados. No nível intermediário 80% (oitenta por cento) tomam decisões e apenas 20% (vinte por cento) exerce todas as funções. No nível operacional 26,66% (vinte e seis vírgula sessenta e seis por cento) exercem

todas as funções e 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) exercem outras funções. Os executores de operações 50% (cinquenta por cento) exercem outras funções e 10% (dez por cento) respondeu que planeja, avalia e toma decisões. Todas estas funções são específicas de um administrador, conforme dispõe na Lei Nº 4.769/65 em seu Art. 2º.

Tabela 3: Forma de contratação

CONTRATAÇÃO	INSTITUCIONAL		INTERMEDIÁRIO		OPERACIONAL		EX. DAS OPER.	
	Nº FUN.	% FUN.	Nº FUN.	% FUN.	Nº FUN.	% FUN.	Nº FUN.	% FUN.
Concurso	-	-	-	-	6	40%	8	80%
Portaria	-	-	5	83,33%	8	53,33%	1	10%
Voto direto	1	50%	-	-	-	-	-	-
Não Respondeu	-	-	-	-	-	-	1	10%
Concurso e Portaria	-	-	-	-	1	6,66%	-	-

Fonte: a partir de dados da pesquisa realizada na Prefeitura Municipal de Castanheiras – RO, 2008.

Na tabela 3 estão explícitos as formas de contratação dos pesquisados por níveis, que são: institucional 50% (cinquenta por cento) por voto direto, os dirigentes de uma instituição pública são eleitos, no intermediário 83,33% (oitenta e três vírgula trinta e três por cento) são portariados, no operacional 40% (quarenta por cento) são concursados, 53,33% (cinquenta e três vírgula trinta e três por cento) são portariados. Do número total de pessoas pesquisadas 45,16% (quarenta e cinco vírgula dezesseis por cento) são portariados, se não são, deveria estas indicações serem realizadas através de avaliação de currículos, de critérios impessoais e apartidários, objetivando contratação de pessoal preparado para desempenhar as funções designadas ao cargo que ocupa.

Tabela 4: Contratado para função que exerce

OPÇÃO	INSTITUCIONAL		INTERMEDIÁRIO		OPERACIONAL		EXC. DE OPER.	
	Nº FUN.	% FUNC.	Nº FUNC.	% FUNC.	Nº FUNC.	% FUNC.	Nº FUNC.	% FUNC.
SIM	-	-	5	83,33%	9	60%	5	50%
NÃO	-	-	-	-	6	40%	5	50%
NÃO RESPONDEU	1	50%	-	-	-	-	-	-

Fonte: a partir de dados da pesquisa realizada na Prefeitura Municipal de Castanheiras – RO, 2008.

Ao serem questionados se foram contratados para função que exerce 50% (cinquenta por cento) no nível institucional não respondeu, mas, obviamente foi

eleito e exerce a função para qual foi designado, no nível intermediário, operacional e executores das operações responderam que sim, respectivamente 83,33% (oitenta e três vírgula trinta e três por cento), 80% (oitenta por cento) e 50% (cinquenta por cento). Observa-se na tabela 4 que há 35,48% (trinta e cinco vírgula quarenta e oito por cento) dos pesquisados desviados das funções para qual foram contratados.

Tabela 5: Desviado da função a qual foi contratado

OPÇÃO	INSTITUCIONAL		INTERMEDIÁRIO		OPERACIONAL		EXC. DE OPER.	
	Nº FUN.	% FUNC.	Nº FUN.	% FUNC.	Nº FUN.	% FUNC.	Nº FUN.	% FUNC.
SIM	-	-	-	-	9	60%	5	50%
NÃO	-	-	5	83,33%	6	40%	5	50%
NÃO RESPONDEU	1	50%	-	-	-	-	-	-

Fonte: a partir de dados da pesquisa realizada na Prefeitura Municipal de Castanheiras – RO, 2008.

O resultado da questão voltada pela função a qual foi contratado analisado na tabela 5, não foi respondida pelo nível institucional, no intermediário 83,33% (oitenta e três vírgula trinta e três por cento) responderam que não, no operacional apenas 25,66% (vinte e cinco vírgula sessenta e seis por cento) admitiram que sim, analisando a questão anterior e suas respostas, observa-se que não coincide as respostas, as mesmas deveriam ser similar e os executores das operações 40% (quarenta por cento) responderam sim, a mesma situação acontece nestas respostas não coincidem com as analisadas na resposta oferecida anteriormente.

Tabela 6: Nível de escolaridade

Nível escolaridade	INSTITUCIONAL		INTERMEDIÁRIO		OPERACIONAL		EXEC. DE OPER.	
	Nº Func.	% Func.	Nº Func.	% Func.	Nº Func.	% Func.	Nº Fun.	% Fun.
Ens.fundamental	-	-	2	40%	1	6,66%	2	20%
Ensino médio	1	50%	1	20%	7	46,66%	1	10%
Ensino superior	-	-	-	-	1	6,66%	4	40%
Ens. Sup. Inc.	-	-	-	-	4	26,66%	3	30%
Pós-graduação	-	-	1	20%	2	13,33%	-	-
Não respondeu	-	-	1	20%	-	-	-	-

Fonte: a partir de dados da pesquisa realizada na Prefeitura Municipal de Castanheiras – RO, 2008.

Analisando a tabela 6 o nível institucional 50% (cinquenta por cento) só cursou o ensino médio; no intermediário 40% (quarenta por cento) possui o ensino

fundamental e 20% (vinte por cento) possui pós-graduação; no nível operacional 46,66% possuem o ensino médio e, apenas 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) cursou pós-graduação e os executores das operações 20% (vinte por cento) possui o ensino fundamental, 40% (quarenta por cento) o ensino superior.

Tabela 7: Qual curso superior

Curso Superior	INSTITUCIONAL		INTERMEDIÁRIO		OPERACIONAL		EXEC. DE OPER.	
	Nº Func.	% Func.	Nº Func.	% Func.	Nº Func.	% Func.	Nº Func.	% Func.
Administração	-	-	-	-	-	-	1	10%
Contabilidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito	-	-	-	-	1	6,66%	-	-
Pedagogia	-	-	1*	20%*	1	6,66%	2	20%
Economia	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	1**	6,66%**	1****	10%****
Cursando (outros)	-	-	-	-	4***	26,66%***	3	30%

Fonte: a partir de dados da pesquisa realizada na Prefeitura Municipal de Castanheiras – RO, 2008.

*pós-graduado em psicopedagogia: administração escolar

** licenciatura plena em história, pós em psicopedagogia e gestão escolar; normal superior.

*** serviço social; teologia; letras; gestão em marketing.

**** normal superior

Dos pesquisados analisados na tabela 7 dos que cursaram nível superior ou estão cursando, 20% (vinte por cento) do nível intermediário cursou pedagogia e especialização em administração escolar e psicopedagogia estando apto para função que atua, no nível operacional 6,66% (seis vírgula sessenta e seis por cento) possui outros cursos e 26,66% (vinte e seis vírgula sessenta e seis por cento) estão cursando outros cursos (serviço social, teologia, letras e gestão em marketing) e os executores das operações 10% (dez por cento) cursou administração e 30% (trinta por cento) estão cursando outros cursos.

Tabela 8: É importante o curso de administração

Opinião	INSTITUCIONAL		INTERMEDIÁRIO		OPERACIONAL		EXE. DE OPER.	
	Nº Func.	% Func.	Nº Func.	% Func.	Nº Func.	% Func.	Nº Fun.	% Fun.
Sim	1	50%	4	80%	11	73,33%	8	80%
Não	-	-	1	20%	4	26,66%	1	10%
Não respondeu	-	-	-	-	-	-	1	10%

Fonte: a partir de dados da pesquisa realizada na Prefeitura Municipal de Castanheiras – RO, 2008.

Perguntados, se há importância do curso de administração na atuação de suas funções: no nível institucional 50% (cinquenta por cento) afirma que sim, no intermediário 80% (oitenta por cento) responderam sim e 20% (vinte por cento) garanti que não é importante o curso de administração para atuar em suas funções, sendo ele um secretário responsável por administrar o serviço público; no operacional e executores das operações 73,33% (setenta e três vírgula trinta e três por cento) e 80% (oitenta por cento) respectivamente concordam que sim. Na tabela 8 do total dos pesquisados de 77,41% (setenta e sete vírgula quarenta e um por cento) acreditam que é importante o curso de administração.

Tabela 9: Tem conhecimento das ferramentas do administrador

Opinião	INSTITUCIONAL		INTERMEDIÁRIO		OPERACIONAL		EXE. DE OPER.	
	Nº Func.	% Func.	Nº Func.	% Func.	Nº Func.	% Func.	Nº Func.	% Func.
Sim	-	-	4	80%	5	33,33%	5	50%
Não	1	50%	1	20%	6	40%	4	40%
Não respondeu	-	-	-	-	4	26,66%	1	10%

Fonte: a partir de dados da pesquisa realizada na Prefeitura Municipal de Castanheiras – RO, 2008.

Examinando a tabela 9 onde responde ao questionamento se tem conhecimento das ferramentas (ex: planejamento estratégico, indicadores de desempenho, métodos estatísticos, diagramas, 5S) utilizados por um administrador na atuação das suas funções 50% (cinquenta por cento) no nível institucional diz não ter conhecimento, é neste momento que a atuação do administrador vem auxiliar nas tomadas de decisões, no intermediário, operacional e executores das operações responderam sim sucessivamente, 80% (oitenta por cento), 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) e 50% (cinquenta por cento).

As ferramentas administrativas são imprescindíveis em qualquer tipo de organização em seu gerenciamento seja qual for o nível, o trabalho do administrador utilizando seus conhecimentos poderá refletir na melhoria da oferta de serviços públicos a população e no auxílio de tomada de decisão.

Pôde-se observar a má distribuição dos funcionários, portariados não sendo utilizados segundo suas habilidades, existe 01 administrador atuando nas execuções de operações, entre os 31 pesquisados, 14 são portariados, sendo assim, poderia se utilizar à mão-de-obra de um administrador concursado em um nível de decisão valorizando suas habilidades e conhecimento.

A população de Castanheiras é estimada pelo IBGE (2007) em 3.624, o número de funcionários segundo dados levantados na prefeitura são 306, sendo assim, 8,44% (oito vírgula quarenta e quatro por cento) da população funcionários públicos municipal; a principal atividade geradora de emprego do município é a agricultura e a pecuária que envolve direta e indiretamente mais de 90% da população economicamente ativa do município e os demais são basicamente funcionalismo público. Entretanto, a agricultura vem passando por sérios problemas, faz-se necessário a busca de alternativas para melhoria de vida da população com novas oportunidades de negócios, cabe aos administradores buscar estas alternativas.

No caso em estudo o prefeito possui o ensino médio, a necessidade de se ter um suporte técnico especializado se faz com maior intensidade, os secretários com seus cargos de portaria a maioria possuem ensino fundamental aumentando a tese de nomeações de cargos ocupados puramente político, e neste caso, a administração será boa ou ruim em razão da vocação natural das pessoas ali colocadas. Esta solução é amadora e incompatível com a atual realidade, o serviço público tem o dever de ser eficiente.

No quadro de funcionários possui um administrador atuando apenas como executor de operação, podendo-se aproveitar sua capacitação para assessoramento na administração municipal.

Pôde-se observar que a maioria dos pesquisados são conscientes de que há necessidade de qualificação para se exercer atividades inerentes as funções que foram designadas e que o administrador é essa pessoa indicada para realizá-las.

As organizações públicas são consideradas ineficazes, incompetentes, com as administrações inoperantes, com vários privilégios ao servidor público, onde grande número de gestores é nomeado e assumem atribuições para as quais não estudaram a maioria por critérios puramente políticos, contribuindo para a ineficácia das prefeituras. Não se admite mais amadorismo se falando em gestão pública.

Todo processo administrativo e legal entraram em uma nova era com a promulgação de novas legislações que passaram a exigir planejamento, gestão eficiente, transparência e o cumprimento de metas fiscais (Lei de Responsabilidade Fiscal). Por conta dessas exigências, surgiu a necessidade de haver à frente das prefeituras um administrador público. Com a apresentação da proposta pela Emenda Constitucional (PEC Nº317/2004) na Câmara Federal, criando a carreira de

administrador municipal, reforçando a tendência de que realmente há uma necessidade de que deve haver esse profissional nas prefeituras municipais. Contribuindo com o atendimento das exigências da Lei, que se submetem os prefeitos municipais, destarte, é necessário que o prefeito municipal tenha consciência de que ele, independente de sua formação acadêmica (escolar), deve ter em sua gestão um profissional qualificado utilizando as ferramentas necessárias para que se possam ser elaborados e executados projetos para o desenvolvimento, sendo o guardião da sociedade e o conselheiro na gestão de recursos públicos garantindo transparência e confiança na aplicação dos mesmos, contribuindo para o crescimento da cidade, para o aperfeiçoamento do processo decisório.

Segundo Kanitz (2005 p. 21), “os Estados Unidos são o país mais bem sucedido do mundo, tendo resolvido o problema da miséria e estagnação econômica, ao contrário do Brasil, porque são bem administrado, um país administrado por profissionais”.

Muito já se tem avançado a RBA³ (2005), que traz uma nota mostrando os resultados da última eleição, realizada em outubro de 2004 para prefeito e vereadores revela que dos prefeitos eleitos, 116 são administradores.

Sousa (2005) entende que a máquina pública precisa de gestores para cuidar da administração e aponta a falta de profissionais qualificados como sendo um dos principais entraves no desenvolvimento.

A inovação na gestão pública se faz necessária, pois, assegura a agilidade a todo processo, a valorização e capacitação do servidor municipal. A qualidade no serviço público somente será possível com comprometimento e com o desafio de melhorias contínuas que só pode se alcançadas por pessoas competentes e capacitadas para as funções específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão pública municipal ou qualquer outro ramo de atividade que queira melhoria em sua gestão tem que obedecer a um ciclo de atividades que envolvam o planejamento das ações, a sua implementação, a verificação dos resultados

³ Nota do editorial extraída da Revista Trimestral do Conselho Federal de Administração, Ano XV, n. 48, p. 26 Março 2005.

alcançados e a padronização de procedimentos ou a introdução de ações de natureza corretiva, atividades essas que são desenvolvidas pelo administrador.

O administrador com suas habilidades técnicas utilizando os princípios, metodologia e ferramentas administrativas; habilidades humanas lidando com pessoas, comunicando-se eficientemente, negociando, conduzindo mudanças, obtendo cooperação e solucionando conflitos e com suas habilidades conceituais, sua visão sistêmica, auxiliando o prefeito só tem a favorecer na implantação de políticas públicas exigidas pela sociedade.

O melhor caminho para um verdadeiro projeto de modernização é a aplicação da ciência administrativa, por meios de profissionais preparados.

Não é utopia ser um país bem administrado, a exemplo do que acontece em outros países, é possível com uma administração voltada ao bem comum, com nomeações de cargos de comissão por pessoas com postura administrativa, que não seja puramente por critérios políticos.

A profissionalização da administração pública é uma necessidade urgente, uma vez que é nítido o desperdício dos gastos públicos por incompetência.

Diante do exposto, das situações e da problemática levantada, e a partir dos conhecimentos adquiridos através das pesquisas, das respostas obtidas da análise dos resultados que ora se vem tendo como resposta aos atuais métodos aplicados de uma maneira geral, como sugestão, vê-se a antecipação da Proposta de Lei pela Emenda Constitucional (PEC Nº317/2004), criando a carreira de administrador municipal, tomando-se como medida principal à colocação de um administrador profissional na prefeitura e dando-lhe meios para desenvolver suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. **Dispõe sobre o exercício de Administrador e dá outras providências**. Brasília, 1965.

BRASIL. Proposta de emenda à Constituição Nº 317, de 2004. **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntrega.asp?CodTeor=457102>>. Acesso em: 06/11/2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos na Empresa**: pessoas, organizações e sistemas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 67-76.

_____, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Pesquisa nacional. **Perfil, formação, atuação e oportunidades de trabalho do administrador**. Sumário executivo. 4. ed. Agosto 2006. Disponível em: www.cfa.org.br/arquivos/selecionaitem.php?p=selecionaitem.php&coditem=167-55k -> Acesso em: 14 out. 2007.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERREIRA, Simone Bacelar Leal. **Introdução à administração**. Disponível em: <http://www.uniriotec.br/~simone/Analise%20Empresarial/Parte%201%20-%20TGA/1_TGA.pdf> -. Acesso em: 16 ago. 2008.

FORUM DLIS. **Diagnóstico de produtividade**. Castanheiras [?].

GOMES, Lucinda Pimental. **História da Administração**. Informativo Mensal do CRA/CE, CRA em Ação, Ano 1, nº 07 agosto/setembro de 2005.

KANITZ, Stephen. **A era do administrador**. Editora Abril, Revista Veja, ed.1886, ano 38, n.1, p. 21, janeiro 2005. Disponível em: <<http://www.kanitz.com.br/veja/administrador.asp>>. Acesso em: 17 set. 2008.

KOONTZ, Harold; O'DONNELL, Cyril; WEIHRICH, Heinz. **Administração Fundamentos da Teoria e da Ciência**. 15. ed. São Paulo: Pioneira, 1995.

IBGE- **Cidades @**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 20 out 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

SÃO PAULO. Projeto de Lei complementar nº 34, de 2007. Autoriza o Poder Executivo dispor sobre a Administração Pública em relação à nomeação dos cargos em comissão. **Diário da Assembléia Legislativa**. São Paulo. 2007.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DE GOIÂNIA. **Notícias**. Disponível em <<http://www.sinago.org.br/Acao.do?comando=noticias>> Acesso em: 14 jun 2008.

SOUSA, Emerson. Gestão Pública Municipal – O drama das cidades brasileiras, um desafio para Administradores. **Revista Trimestral do Conselho Federal de Administração**. Brasília, n. 48, p.28-34 março 2006.

OBRAS CONSULTADAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL-IBAM. A evolução do Município no Brasil – **Conceituação e Gênese**. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>> Acesso em: 18 ago 2008.

BORGES, Creunice et al. (Orgs.) **Manual de orientações para elaboração e apresentação de projetos de pesquisa: cursos de administração e ciências contábeis**. Cacoal/RO: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de gestão. **Qualidade no serviço público**. Programa da qualidade no serviço público. Termo de referência.

FIOR, Cynthia. O Administrador e a gestão pública. **Revista Trimestral do Conselho Federal de Administração**. Brasília, n. 48, p.39-40, março 2006.

CHIAVICATTI, Bianca. **O Administrador faz a diferença**. Revista Trimestral do Conselho Federal de Administração. Brasília, n. 48, p.34-39, março 2006.

_____. **Habilidades para o desempenho gerencial**. . Revista Trimestral do Conselho Federal de Administração. Brasília, n. 48, p.12-17, março 2006.

APÊNDICE

**PESQUISA REALIZADA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL EM
ADMINISTRAÇÃO COM O TEMA “A IMPORTÂNCIA DO ADMINISTRADOR NA
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL”**

() prefeito(a) () secretário(a)

() chefe de departamento () outro. Qual? _____

() saúde () educação () administração () planejamento
() outra, qual? _____

() saúde () educação () administração () planejamento
() outra, qual? _____

() planeja () dirige () organiza () avalia () toma decisões
() processa informações () lidera () coordena os subordinados
() todas () outras, quais: _____

() sim () não

8. Qual seu nível de escolaridade?

- () ensino fundamental () ensino médio () ensino superior
() ensino superior incompleto () pós-graduado

9. Se superior, qual o curso?

- () administração () contabilidade () direito () pedagogia
() economia () outros: _____

10. Em sua opinião é importante o curso de administração na atuação de suas funções?

- () sim
Se sim, por quê? _____
() não
Se não, por quê? _____

11. Tem conhecimento das ferramentas (ex: planejamento estratégico, indicadores de desempenho, métodos estatísticos, diagramas, 5S) utilizadas por um administrador na atuação das suas funções?

- () sim () não